

TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL EM MOSQUEIRO/BELÉM

Maria Clara de Freitas¹, Gabriela de Jesus Gama da Silva²

¹Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará, y.mariafreitas@gmail.com

²Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará, gabigama1@hotmail.com

Artigo recebido em 01/05/2020 e aceito em 11/05/2020

RESUMO

O campo é resultado das relações de poder nele estabelecidas. Portanto, a educação do campo se estabelece como uma questão territorial uma vez que se forja através desse cenário de tensão por parte dos camponeses, que não lutam apenas por um pedaço de chão, mas pela manutenção sua própria existência por meio de seu território material e imaterial. Nesse panorama, este artigo científico tem por objetivo analisar a educação no/para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua forma de resistência sob o recorte do Assentamento Mártires de Abril - Belém/Pará. Para chegarmos às primeiras conclusões, nossa metodologia adotada consiste na revisão bibliográfica acerca da educação do campo e para o MST, além de visitas “in loco” no assentamento. Dessa forma o trabalho está estruturado por três instantes: no primeiro, há uma conceituação de educação do campo e como tal paradigma expressa-se como uma disputa territorial. E um segundo momento composto pelo debate da educação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o reflexo do fechamento da escola no Assentamento Mártires de Abril. Ao fim, são expressos alguns argumentos conclusivos a partir do que fora observado nas problemáticas que envolvem o Assentamento Mártires de Abril.

Palavras-chave: Educação; Território; Campo; MST.

RESUMEN

El campo es el resultado de las relaciones de poder establecidas en él. Por lo tanto, la educación del campo se establece como una cuestión territorial, ya que se forja a través de este escenario de tensión por parte de los campesinos, que no luchan solo por un terreno, sino por mantener su propia existencia a través de su territorio material e inmaterial. En este contexto, este artículo científico tiene como objetivo analizar la educación en /para el Movimiento de Trabajadores sin Tierra (MST) y su forma de resistencia sob la perspectiva del Assentamiento Mártires de Abril - Belém / Pará. Para llegar a las primeras conclusiones, nuestra metodología adoptada consiste en una revisión bibliográfica sobre la educación en el campo y para el MST, además de visitas “in situ” al asentamiento. De esta manera, el trabajo se estructura por tres momentos: en el primero, hay una conceptualización de la educación del campo y, como tal, el paradigma se expresa como una disputa territorial. Y un segundo momento compuesto por el debate de la educación en el Movimiento de los Trabajadores sin Tierra y el reflejo del cierre de la escuela en el Assentamiento Mártires de Abril. Al final, se expresan algunos argumentos concluyentes basados en lo que se observó en los problemas que rodearon el Assentamiento Mártires de Abril.

Palabras Clave: Educación; Territorio; Campo; MST.

INTRODUÇÃO

Sob a justificativa de levar o progresso àqueles que vivem à margem da urbanidade, as políticas públicas para educação no/para o campo são tomadas, na maioria das vezes, a

partir de um olhar de quem está de fora das vivências e sociabilidades camponesas, o que resulta em um modelo educacional que não considera suas demandas.

O paradigma da educação do campo é construído a partir do entendimento das necessidades das comunidades rurais e com o intuito de superação do modelo de educação implantado. A questão de escola e educação no campo é um desafio, pois a conjuntura política que temos é de negação do direito à educação para estes sujeitos, uma vez que a realidade educacional de muitas comunidades rurais, assentamentos, quilombos, aldeias indígenas, entre outros é precária, muitas escolas com infraestrutura deficiente, ausência e/ou fechamento de escolas são situações recorrentes.

Sendo a realidade enfrentada pelos que residem no Assentamento Mártires de Abril – AMA, lócus desta pesquisa, localizado na área rural de Mosqueiro, um distrito do município de Belém do Pará, não é muito distante. A escola que funcionava no assentamento foi fechada há 8 anos, o que levou os estudantes a serem transferidos para outras escolas da área urbana. A ausência de uma escola no assentamento implica em uma série de questões com as quais os assentados vêm lutando, principalmente, com o fortalecimento de uma identidade campesina.

O campo é resultado das relações de poder nele estabelecidas. Por conseguinte, a educação do campo se estabelece como uma questão territorial uma vez que se forja através desse cenário de tensão do campo, por parte dos camponeses que não lutam apenas por um pedaço chão, mas pela manutenção sua própria existência por meio de seu território material e imaterial.

Diante da problemática sintetizada, o objetivo deste trabalho é analisar a educação no/para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e sua resistência sob o recorte do Assentamento Mártires de Abril. Para tal tarefa, nossa metodologia perpassa por uma revisão bibliográfica acerca da educação do campo e da educação para o MST, além de visitas in loco no assentamento.

Este trabalho está estruturado aqui em dois momentos: no primeiro, há uma conceituação de educação do campo e como tal paradigma expressa-se como uma disputa territorial. E um segundo momento composto pelo debate da educação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o reflexo do fechamento da escola no Assentamento Mártires de Abril.

TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

No que se refere a políticas públicas, a educação no meio rural sempre teve papel secundário. Uma educação voltada para os povos do campo considerando suas especificidades surge para atender as demandas dos movimentos camponeses na ruptura com o modelo de educação rural focado na capacitação de mão-de-obra. Até a década de 1990, a educação cedida aos filhos dos trabalhadores rurais era em classes multisseriadas, de 1ª a 4ª série de estrutura extremamente precária, aparecendo na legislação educacional como um apêndice na legislação educacional como um apêndice (RIBEIRO, 2013 p. 39).

O direito a educação é assegurado aos camponeses através da Constituição de 1988 e da consolidação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Segundo Walter Marschner (2011, p. 46):

Os artigos 23, 26 e 28 da LDB propõem uma escola específica as peculiaridades do campo, com “conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, adequação à natureza do trabalho zona rural”. O artigo 28 é inovador por respeitar a diversidade sociocultural, fazendo a organização escolar para as peculiaridades do contexto escolar uma questão pedagógica central.

Sendo válido ressaltar que tais marcos legais são conquistas dos grupos sociais ligados ao campo, como ressalta Fernandes e Molina (2004, p. 11):

A idéia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, no campus da Universidade de Brasília - UnB, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em parceria com a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

A construção desse novo modelo de educação foi desenvolvido a partir de pesquisas relacionadas a diversas realidades encontradas no campo. Foi nesse âmbito que o conceito de Educação no Campo se forjou, começando com a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998. A II Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 2004, deu prosseguimento a debate acerca do paradigma sendo determinante para a construção de Educação do Campo vivenciada hoje.

O espaço rural sempre foi sinônimo de isolamento e atraso daquilo que era desenvolvido. A perspectiva da cidade enquanto espaço de centralidade e do campo, em contraposição, um espaço de distanciamento não só da população, que se caracteriza como

dispersa no meio rural, mas distante dos meios de produção, daquilo que é necessário e distante também da velocidade dos acontecimentos. Esta dualidade criada entre campo-cidade parte de uma construção ideológica sustentada pelo capitalismo. Essa identidade por oposição é dinâmica e pode desenvolver-se em discursos e representações que apontem para projetos convergentes entre cidade e campo (MARSCHNER, 2011, p. 50).

A Educação do Campo surge não apenas do anseio pela implantação de escolas nas comunidades rurais, mas parte também da necessidade de assumir uma ampla pauta de análise sobre um espaço específico da sociedade brasileira, com um elenco de ações e reivindicações, como ressalta Marschner (2011, p. 41).

É uma forma de ressignificação do rural, contrapondo-se a todo estigma negativo condicionado historicamente ao termo que desencadeou todo um processo de anulação dos sujeitos que trabalham com a terra e vivem dela. Esse movimento de ruptura com o rural permite uma ressignificação do próprio camponês enquanto um sujeito político e a valorização do campo enquanto um espaço de disputa pela terra e pela educação (RIBEIRO, 2013, p. 41). Essa mudança de perspectiva é expressa na escolha da terminologia, uma vez que o campo significa a construção de um projeto de sociedade, identidade e educação que parte dos movimentos camponeses.

A Educação do Campo é significativamente uma questão territorial. O campo como território expressa-se como espaço de vida, sendo um conceito caracterizado por ser multidimensional e possibilitando interpretações e o desenvolvimento de políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias (FERNANDES, 2006, p 26).

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 8)

O conceito de território, ao longo da história do pensamento geográfico teve inúmeras interpretações, ora ligado a recursos naturais, ora atrelado ao estado; popularmente, muitas vezes, é confundido com extensão de terra (SOUZA, 2013). A utilização deste conceito é feita em várias outras ciências como afirma Dal Forno et al (2014, p. 14)

(...) ao longo do tempo houve muitas abordagens e mudanças na concepção de território. Até mesmo entre as ciências as variações acontecem. Na geografia,

ciência pioneira na utilização do conceito, território está relacionado a espaço. Nas Ciências humanas, o território é visto como espaço onde os seres humanos, divididos em grupos sociais, estabelecem contatos de relação/interação. Nas ciências naturais, território serve como identificador do habitat, biomas e/ou ecossistemas para os seres vivos.

Muitas vezes tal conceito é entendido estaticamente, de modo que se interprete somente da apropriação do espaço a partir das relações de poder, como Souza (2013) destaca que esta é somente uma primeira aproximação do conceito, bastante importante para a compreensão, porém não é suficiente. Sendo assim, entende-se o “(...) território em sentido amplo, percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (...), até um nível mais imaterial ou simbólico (...).” (HAESBAERT, 2004, p.340)

É neste sentido que o campo se compreende como um território, não somente no que tange as relações de poder que se estabelecem e/ou estabeleceram-se, como também a partir do simbólico. Uma vez que estes grupos constroem seus multiterritórios a partir da integração da experiência cultural, econômica e política no espaço (HAESBAERT, 2004).

A Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital. (FERNANDES, 2006, p. 37)

Fernandes e Molina (2004, p. 8) afirmam que “garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação.” A Educação do Campo busca romper com a alienação do território uma vez que a destruição do território do camponês implica no seu desaparecimento enquanto sujeito social, o que implica na territorialização do agronegócio como modelo de desenvolvimento.

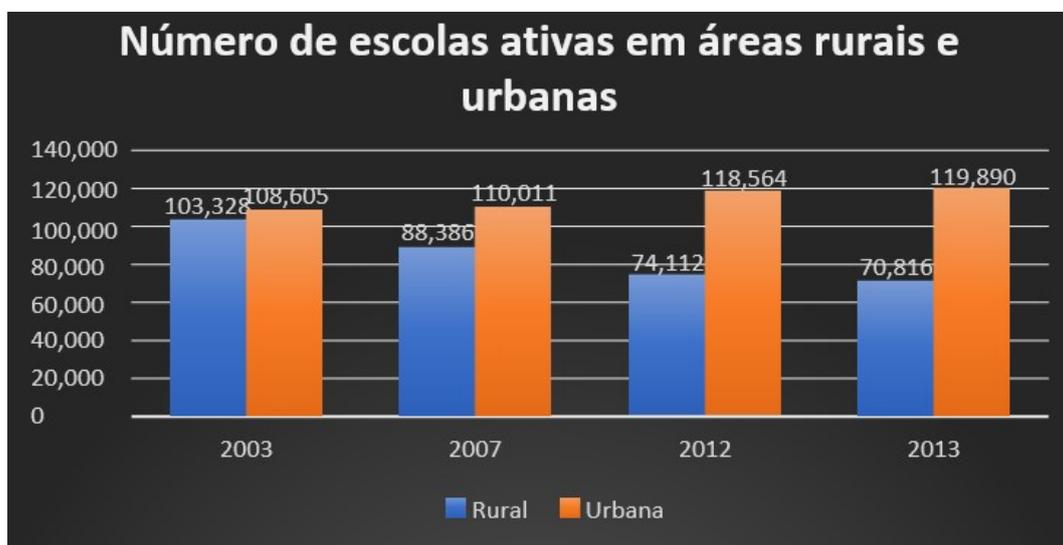
O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2006, p. 33).

Atualmente, a realidade vivida pelos povos do campo é preocupante, principalmente no que tange à educação. A maior parcela da população analfabeta reside na zona rural e isso

torna cada vez mais incoerente com a crescente taxa de escolas no campo que são fechadas, como é possível analisar a partir da pesquisa de Marilene Santos (2018), que aponta para uma hierarquização no que se refere ao direito educação pública. Santos (2018, p. 185-186) afirma que

(...) no Brasil, identifica-se a presença dessa hierarquização, especialmente no que diz respeito ao direito à educação pública. Por exemplo, para a população de 0 a 3 anos, o direito ao acesso à educação não é garantido de modo eficaz pelo Estado, pois somente 23,2% dessa população frequenta a escola. Outro exemplo é o direito à educação para a população do campo, pois, convive-se, dentre outros problemas, com a realidade do analfabetismo: dos 8,5% de analfabetos do país, 20,8% deles encontram-se em áreas rurais (IBGE, 2013).

Nos últimos anos, houve um crescente número de escolas fechadas no espaço rural, como podemos verificar no quadro a seguir:



Fonte: MEC/INEP

Como podemos verificar, de 2003 a 2013 houve uma diminuição de 32.512 escolas no espaço rural. As escolas que continuam abertas se mantêm em condições precárias como em relação falta de infraestrutura, falta de professores e baixa qualificação de docentes que atuam nas zonas rurais. A escassez de escolas em pleno funcionamento obriga alunos a percorrerem distâncias muito longas até chegar na escola, enfrentando por muitas vezes as más condições do trajeto com rodovias precárias e transportes em péssimas qualidades. Esse cenário da educação presente no meio rural é um reflexo de estigmas construídos historicamente sobre o mesmo.

O campo se estabelece como um espaço de disputa de poder, com o território do campesinato e o território do agronegócio que são organizados de formas diferentes. A territorialização deste último implica no desaparecimento de uma educação voltada para os povos do campo, uma vez que o agronegócio não tem interesse na manutenção de uma educação pública de qualidade destinada aos filhos dos trabalhadores da terra. Contudo, nessa relação de poder, os povos do campo não são passivos, pelo contrário.

[...] os povos do campo não são passivos diante dessas tentativas de impor-lhes uma nova cultura e uma educação atreladas a um modelo de desenvolvimento econômico que os expulsa da terra e da escola. O confronto de interesses entre o que o Estado oferece e as demandas que provêm dos movimentos sociais populares do campo, suscita indagações que ampliam a compreensão dos princípios de liberdade e autonomia dentro de suas propostas pedagógicas. (RIBEIRO, 2013, p. 184).

Nesse sentido, os movimentos camponeses, com destaque para o Movimento dos Sem Terra – MST, desenvolvem um papel fundamental na luta pela educação de qualidade e na construção de uma identidade do campo como modo de vida.

EDUCAÇÃO E O MST: O FECHAMENTO DA ESCOLA NO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL

O MST nasce em meados de 1984 a partir das lutas pela terra no sul do Brasil, em conjunto com o trabalho pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e aponta para um novo modelo de luta, pois é sabido que a estratégia do movimento de conquista da terra se dá através dos acampamentos. Sua organização por si só se difere dos outros movimentos, subdividido em setores que abarcam suas necessidades e reivindicações – como o setor de educação, por exemplo –, além da participação de todos os membros da família e mesmo valor de voto, independente de gênero ou idade, como aponta Stedile (2012, p. 34):

Participam o idoso, a mulher e as crianças. (...) o movimento, na medida que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, percebe que numa assembleia de sem-terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado.

No final da década de 1990, o MST passa a realizar mobilização de base nas periferias de Belém, bem como em outros municípios da região metropolitana, afim de fortalecer, junto às famílias pobres e trabalhadores desempregados, a luta pela terra de trabalho. Estes trabalhadores, após formação e acampamento pedagógico, no dia 03 de maio de 1999 passaram a ocupar latifúndio pertencente a empresa TABA (Transportes Aéreo da

Bacia Amazônica), localizado na Ilha de Mosqueiro, Belém (BRINGEL, 2001). Esta ocupação deu origem ao assentamento Mártires de Abril.

Após o período de acampamento, em 2001, os assentados alcançam a conquista de ser criado o Projeto de Assentamento Casulo (PCA) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um dos objetivos destes projetos, segundo o INCRA, é a ocupação de áreas próximas a centros urbanos que estão disponíveis para a reforma agrária para o desenvolvimento de atividades agroecológicas.

A ilha de Mosqueiro é um distrito administrativo de Belém, localizado a 70 KM da capital paraense. Sua área compreende 212 Km² e, segundo o censo de 2010, a população da ilha era aproximadamente 30 mil habitantes. É uma área de atração turística devido seus 17 km de praias de água doce. A abertura da rodovia Meira Filho e da ponte Sebastião de Oliveira, possibilitou a maior ligação da ilha com Belém, sendo inserida no contexto urbano. (REBELLO, 2017). Mesmo estando localizado em uma área periurbana, o assentamento manifesta os aspectos rurais a partir da reprodução camponesa de seus assentados.

A implantação do Projeto Casulo Mártires de Abril no entorno urbano e o ordenamento em forma de agrovila demonstra a complexidade do assentamento, o qual se mostra em constante transformação desde que foi implantado em outubro de 2001. Inicialmente pensado para separação das funções de morar e habitar, o assentamento se reinventa, evidenciando sua vocação rural ao reproduzir trabalho e moradia no mesmo espaço, sem deixar de manifestar expressões de urbanidade inerentes à sua localidade. (REBELLO, 2017, p. 68).

Para o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, a educação tem papel primordial em relação a manutenção e reprodução da identidade e da luta camponesa. Tendo em vista este ponto que os assentados do Mártires de Abril, no período de organização do seu território, separaram uma área no assentamento onde haveria a construção de uma escola e de um posto de saúde. A partir do aproveitamento de uma estrutura já existente naquela área, fora construída a escola Paulo Freire que funcionava em regime multisseriado, contava com uma sala de aula, uma cozinha e um banheiro, funcionou somente de 2003 a 2010. Seu fechamento pela prefeitura fora justificado devido à falta de estruturas para continuar atendendo a comunidade.

Atualmente, os estudantes que residem no Assentamento Mártires de Abril estão matriculados em escolas distantes do assentamento, localizadas na área urbana de Mosqueiro, como é o caso da Escola Municipal Maria Madalena Travassos, que apresenta um modelo educacional voltado para a cidade, um tanto distante da realidade vivida pelo

educando que mora no assentamento uma vez que a ideia de educação para o MST é de emancipação do modelo de educação pautado nos interesses capitalistas, ligada à formação social, à formação de lutadores, onde jovens e crianças possam dar continuidade a luta pela terra conquistando espaços educativos (escolas, universidades).

A escola dentro do assentamento/acampamento é de suma importância para que o projeto político-pedagógico seja formado seguindo a ideia de educação que seja própria do movimento, não exterior. Isto permite que a identidade com a luta pela terra esteja vinculada à educação, fortalecendo coletivos como os Sem Terrinhas e a Juventude MST. Temos então o ensino não somente por escola dentro dos espaços conquistados pelo MST, como também por um modelo de educação que seja construído pelos Sem Terra, para os Sem Terra, que respeite o modo de vida e fortaleça a luta pela construção de um campo democrático e popular.

Como uma escola dentro do Assentamento Mártires de Abril é uma conquista ainda não alcançada, há uma mobilização através do fortalecimento de coletivos como os Sem Terrinhas, que costumam realizar atividades aos sábados, dentro do assentamento E a Juventude do MST, onde os jovens contam com um espaço para decidirem ações do coletivo e para estudos, com o intuito de construção de identidade camponesa Sem Terra em crianças e, principalmente, jovens que tendem a se distanciar do movimento.

Além disso, o setor de educação do assentamento junto com os Sem terrinhas, levou um projeto agricultura familiar para a escola Madalena Travassos, a qual a maioria dos sem terrinhas estão matriculados, onde as pessoas do assentamento junto com as crianças construíram um canteiro para produzir verduras que pudessem ser usados na merenda escolar. Na fala de Agnos, coordenador da frente de massas e integrante do conselho escolar da Madalena Travassos:

“(...) nós entrou pra dentro dessa escola pontuando debates ‘ah, vamo trazer essa questão da agricultura familiar pra dentro da escola, em vez de comprar ou de esperar pela semec, vamo fazer nossos canteiros na escola junto com as crianças, pra gente produzir isso e servir pra elas próprias’. E os nossos filhos davam aula pras outras crianças que não têm relação nenhuma com a terra.” – Antônio Agnos, trabalho de campo 02/11/2018.

Destaca-se a fala de Agnos, onde o mesmo fala que o assentamento entrou para a escola, como uma forma de resistência frente a condição imposta pelo Estado de não ter uma escola dentro do Assentamento, a qual respeite as especificidades e demandas próprias do modo de vida Sem Terra. Além da importância de colocar a criança como sujeito ativo do

processo, fortalecendo a identidade camponesa e ocupando espaços que, teoricamente, foram impostos de maneira a desarticular o movimento, transformando em espaço de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra não está dissociada da luta pelo direito a educação de qualidade e que respeite as identidades territoriais dos indivíduos. O cenário de educação que temos no Brasil reflete muito a ideia de exclusão dos povos do campo, percebe-se isto através dos números de escolas fechadas e pelo índice de analfabetismo no campo, além das condições irrisórias das escolas e dos quilômetros muitas vezes enfrentados pelos estudantes para que cheguem às escolas. A ocupação da escola pelo Assentamento Mártires de Abril através do projeto de agricultura Familiar na escola Madalena Travassos somado a ação dos Sem Terrinhas e da Juventude MST nos demonstra como a resistência camponesa Sem Terra se apresenta em diferentes aspectos, sempre ligada no camponês como centro da construção da própria identidade.

Percebemos que a educação para o movimento é condição de resistência, onde os Sem Terra acabam por se apropriar daquilo que é ideologicamente tomado como instrumento de reprodução das classes dominantes. Podemos então afirmar que a apropriação da escola também é condição de libertação, uma vez que “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”. (SAVIANI, 1999, p. 66). A escola no MST, quando construída coletivamente pelos Sem Terra, torna-se prática contra-hegemônica por propor um projeto de educação conscientizadora, popular e que possibilita o fortalecimento da identidade camponesa Sem Terra.

REFERÊNCIAS

BRINGEL, Fabiano Oliveira. **Do Rural ao Urbano: Territorialidade do MST em Área Metropolitana** Caso do Acampamento Mártires de Abril em Mosqueiro. Tese de conclusão do curso de Geografia, UFPA. 2001.

DAL FORNO, Marlise A.R.; LIMA, Letícia; SILVA, Leonardo Xavier da. **Evolução Histórica dos Conceitos de Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural. Caderno de Estudos Interdisciplinares v.1, n.1 (2014) 1 - 11**

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da Educação do Campo.** Disponível em:

<<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>. Acesso em: 19/05/2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARSCHNER, WALTER. **Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas.** Interações (Campo Grande), Jun 2011, vol.12, no.1, p.41-52.

REBELLO, Yuri de Alcântara Pinto. **A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS “ESPACIAIS” EM ASSENTAMENTOS PERIURBANOS: uma análise do processo de constituição do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFPA. 2017.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Marilene. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação.** Ensaio: aval.pol públ.Educ: 2018, vol.26, n.98, pp.185-212.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política- 32ª ed.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.– (coleção: Polêmicas do nosso tempo; v. 5)

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 2ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.